

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.911 - DF (2020/0274535-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BABY HOUSE BERCARIO E CRECHE EIRELI
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE LAGES NOLASCO - DF039565
FRANCISCO ASSIS DE SOUSA JUNIOR - DF047120
AGRAVADO : ROSE LUCIA SILVA
AGRAVADO : GUSTAVO JUNIO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BABY HOUSE BERÇÁRIO E CRECHE EIRELI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. DEVEDOR. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE. INSTRUMENTO FIRMADO APENAS PELA GENITORA. INCLUSÃO DO GENITOR NO POLO PASSIVO. SOLIDARIEDADE. INEXISTENTE. ILEGITIMIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que determinou a emenda à inicial para determinar a justificação ou a exclusão do polo passivo da ação executiva do genitor, não contratante do contato de prestação de serviços educacionais firmado unicamente pela genitora em favor da criança.

2. O devedor, que pode compor o polo passivo da ação, é aquele que é reconhecido como tal no título, ou que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo, conforme incisos I e III do artigo 779 do CPC.

3. Sobre a relação contratual incide o princípio da relatividade, de forma que os efeitos do contrato somente podem atingir as partes contratantes, não podendo afetar terceiros estranhos ao negócio jurídico celebrado.

4. Nos termos do artigo 265 do Código Civil, “a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. No caso, não se pode presumir que ambos os pais, embora possuam o dever conjunto de educação e sustento dos filhos, sejam solidariamente responsáveis por arcar com o contrato de prestação de serviço educacional, porquanto a lei não prevê referida solidariedade e ambos não assinaram o instrumento, não estando o genitor obrigado pelo contrato.

5. A solidariedade prevista no artigo 1.643 do Código Civil se refere à economia doméstica de cônjuges, ou seja, de pessoas casadas ou em união estável, não sendo esta a hipótese dos autos.
6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 265, 1.566, 1.643 e 1.644, do CC, no que concerne à responsabilidade solidária dos pais da criança no contrato entabulado entre as partes, trazendo os seguintes argumentos:

Erroneamente, o acórdão recorrido afasta a solidariedade legal incidente sobre o caso sob judice, e assevera que a responsabilidade do genitor está limitada às obrigações contraídas dentro do casamento/união estável, aduzindo que as disposições dos artigos 1.643 e 1.644 repontam-se às relações entre cônjuges e a respectiva economia doméstica. Sem razão.

Tendo que a mútua responsabilidade advém do poder familiar, a coabitação entre os genitores, ou não, não é óbice para reconhecimento da solidariedade, a qual somente poderá ser afastada em de patente comprovação da perca do poder familiar.

De mais a mais, o aspecto da "família" a que se faz referência não é entre os cônjuges/companheiros, e sim em relação à criança, que mesmo diante das novas formações do seio familiar, com a separação de seus genitores, não perde o vínculo e muito menos os direitos que goza em relação aos seus pais, figurando como o elo entre as famílias.

[...]

Isto posto, tem-se que o casal responderá solidariamente pelas obrigações contraídas em proveito da entidade familiar, e os pais pela obrigação dos filhos em comum, estando ou não casados ou em uma união estável, vez que a prole representa a relação entre ambos e o poder familiar permanece aos dois de maneira integral, e não reduzida.

Ad argumentandum tantum, contrariar tal assertiva seria concluir que os genitores solteiros, os separados ou divorciados não guardariam qualquer direito ou obrigação em relação ao(s) filho(s) que não estivesse(m) sob sua guarda de fato, e até mesmo impor tais deveres aos novos cônjuges ou companheiros, mesmo que não esteja caracterizada a socioafetividade.

Em respeito aos artigos 1.566, 1.643 e 1.644, todos do Código Civil, o legislador houve por bem reconhecer que a obrigação relativa ao sustento, inclusive a manutenção dos filhos no ensino regular é, sem dúvidas, de ambos os pais, por derradeiro lógico, pelo que deverão, solidariamente, responder pelas mensalidades escolares (fls. 60-61).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne aos artigos de

lei apontados como violados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso, o contrato de prestação de serviços de cuidados e educação somente foi firmado pela primeira executada, genitora da criança, visto que somente os seus dados foram lançados no instrumento de contrato como contratante dos serviços, e oposta somente a sua assinatura ao final, conforme instrumento juntado no Id. 54892843 - Pág. 1/6, dos autos de origem.

É sabido que sobre a relação contratual incide o princípio da relatividade, de forma que os efeitos do contrato somente podem atingir as partes contratantes, não podendo afetar terceiros estranhos ao negócio jurídico.

Ademais, conforme o artigo 265 do Código Civil, “a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. Dessa forma, não se pode presumir que ambos os pais, embora possuam o dever conjunto de educação e sustento dos filhos, sejam solidariamente responsáveis por arcar com o contrato de prestação de serviço educacional, porquanto a lei não prevê referida solidariedade e ambos não assinaram o instrumento, não estando o genitor obrigado pelo contrato.

[...]

Insta mencionar que a solidariedade prevista no artigo 1.643 do Código Civil se refere à economia doméstica de cônjuges, ou seja, de pessoas casadas ou em união estável. Pelo que se verifica dos autos, a genitora da criança é solteira (Id. 54892843 - Pág. 1, dos autos de origem) e o estado civil do genitor é desconhecido, conforme consta da própria petição inicial (Id. 54892830 - Pág. 1, também dos autos de origem).

A propósito, o precedente do STJ citado pela agravante em suas razões recursais trata da responsabilidade solidária do casal por dívidas contraídas em proveito da família, o que, como visto, não é o caso dos autos, já que não comprovado que os genitores da criança são um casal. Além disso, referido precedente não é vinculativo.

Logo, à luz da fundamentação aqui explanada e dos precedentes desta Corte de Justiça, a decisão guerreada deve ser mantida, não merecendo qualquer reparo (fls. 45-46).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido”. (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente